

Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste sábado

30/07/2011

O Congresso americano enfrenta um racha partidário envolvendo o aumento do teto da dívida pública dos Estados Unidos e cortes orçamentários, segundo noticiado na **Agência Brasil, Folha de S. Paulo e Estadão**. Na sexta-feira (29/7), o Senado, de maioria democrata, rejeitou um projeto que havia acabado de ser aprovado na Câmara dos Representantes (deputados federais), de maioria republicana. O projeto previa a elevação do teto da dívida dos EUA — atualmente em US\$ 14,3 trilhões (cerca de R\$ 22,2 trilhões).

Quadrilha e prostituição

O promotor José Carlos Blat pedirá pena de nove a 21 anos a Oscar Maroni, dono da boate Bahamas, no processo em que ele é réu por formação de quadrilha, exploração de casa de prostituição e tráfico interno de pessoas. O Ministério Público apresentou as alegações finais no processo. A notícia é da **Folha de S. Paulo**.

Ação arquivada

A Justiça Federal rejeitou denúncia e mandou arquivar ação penal proposta pelo Ministério Público Estadual contra o ex-banqueiro Edemar Cid Ferreira. A notícia é do **Estadão**. Na decisão, o juiz Douglas Camarinha Gonzales, da 6ª Vara Criminal Federal em São Paulo, observou que os fatos atribuídos a Edemar — crimes tributários — na Justiça Estadual já tinham sido alvo de ação penal na instância federal que culminou com a condenação do ex-controlador do Banco Santos a 21 anos de reclusão, segundo noticiado na **Folha de S. Paulo** e no **Estadão**.

Fila que anda

Com a confirmação de que Ellen Gracie deixará o STF em agosto, conforme [antecipou](#) a revista **Consultor Jurídico**, ganhou corpo o nome da ministra do Superior Tribunal Militar, Maria Elizabeth Rocha, para herdar o posto, segundo nota do **Painel da Folha**. Ela trabalhou com Dilma na subchefia de assuntos jurídicos da Casa Civil e advogou para petistas antes de ingressar no STM. Leia mais [aqui](#) na **ConJur**.

Queremos registro

Ao menos 20 partidos políticos buscam atualmente registro na Justiça Eleitoral, segundo levantamento feito pelo TSE em parceria com o TRE, informa a **Folha de S. Paulo**.

Prisão preventiva

O juiz titular da Vara de Violência Contra a Mulher da Comarca de Marabá (PA), Murilo Lemos Simão, decretou nesta sexta-feira (29/7) a prisão preventiva de três pessoas acusadas de matar o casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, segundo noticiado na **Folha de S. Paulo** e no **Estadão**.

Abandono estratégico

O depoimento do ex-presidente da Sanasa (empresa mista de saneamento de Campinas), Luis Aquino, delator do suposto esquema de corrupção na prefeitura de Campinas, foi suspenso depois que o advogado Alberto Zacharias Toron abandonou a audiência. Segundo o Ministério Público, o advogado deixou a sessão por discordar da presença da imprensa no local. A notícia é da **Folha de S. Paulo**.

Exame de câncer

A recusa dos planos de saúde de cobrir os custos do PET-CT, um sofisticado exame de imagem capaz de descobrir o câncer em estado inicial, está levando muitos pacientes à Justiça. Os Planos disseram que as seguradoras seguem o rol de procedimentos estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde, segundo a **Folha de S. Paulo**.



Chovendo inquéritos

A polícia Federal conduz 74 inquéritos sobre obras do Departamento Nacional de Infraestrutura em 20 estados. A informação foi divulgada pelo diretor geral da PF, Leandro Coimbra. Ele assinalou que outros cinco inquéritos foram instaurados para investigar contratos Valec Engenharia Construções e Ferrovias, segundo notícia do **Estadão**.

Ainda nebuloso

O CNJ vai cobrar esclarecimentos do desembargador Manuel Alberto Rebelo dos Santos, presidente do TJ-RJ, sobre o pedido de urgência na solução de nove processos e desapropriação encaminhado ao juiz João Batista Damasceno, por solicitação do governador Sérgio Cabral do PMDB. A informação é do **Estadão**.

Arco metropolitano

A Justiça Federal cassou na tarde de sexta-feira a liminar que determinou a paralisação das obras do Arco Metropolitano num trecho que passa por Xerém, em Duque de Caxias, segundo o jornal **O Globo**. A medida havia sido tomada por uma juíza da 1ª Vara Federal em favor de uma mineradora que acusava o Dnit e a Secretaria estadual de Obras de invadirem uma área da empresa e de impedirem o seu funcionamento. No entanto, o desembargador Fernando Marques, da 5ª Turma especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, aceitou o argumento das empreiteiras responsáveis pela obra, segundo as quais a mineradora teve a concessão bloqueada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2011-jul-30/noticias-justica-direito-jornais-415/>